v7.n11.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

TERRITORIALIDADE, RACISMO E A MEMÓRIA DA IGREJA DO ROSÁRIO DE UBERLÂNDIA

TERRITORIALITY, RACISM AND THE MEMORY OF THE CHURCH OF THE ROSARY OF UBERLÂNDIA

TERRITORIALIDAD, RACISMO Y LA MEMORIA DE LA IGLESIA DEL ROSARIO DE UBERLÂNDIA

Solange Maria dos Santos[1], Anita Guazzelli Bernardes[2]

e7119475
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i11.9475

PUBLICADO: 11/2026

RESUMO

As desigualdades sociais e de saúde estão relacionadas a processos históricos de organização e segregação do espaço urbano. Em Uberlândia, a trajetória da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e do Congado permite compreender as relações entre racismo estrutural, território e vulnerabilidade da população negra. O objetivo foi analisar, a partir da trajetória da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e do processo de formação urbana de Uberlândia, como os mecanismos de segregação socioespacial e racismo estrutural conformaram as bases territoriais que atravessam as discussões sobre os Determinantes Sociais da Saúde e a vulnerabilidade da população negra no município. Trata-se de pesquisa qualitativa, documental e histórico-interpretativa, fundamentada na História Cultural, mediante análise de obras historiográficas e documentos oficiais. Os resultados evidenciaram que os discursos de modernização, higiene e ordenamento urbano contribuíram para a marginalização das práticas culturais negras e para a remoção da Igreja do Rosário, em 1943. Também foi identificada uma dissociação entre o reconhecimento do Congado como patrimônio cultural e a incorporação das dimensões racial e territorial ao planejamento municipal de saúde. Conclui-se que as desigualdades contemporâneas exigem o reconhecimento de suas raízes históricas e a incorporação dessas dimensões às políticas públicas, visando à equidade.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo estrutural. Determinantes sociais da saúde. Segregação socioespacial. População negra. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

Social and health inequalities are related to historical processes of organization and segregation of urban space. In Uberlândia, the trajectory of the Church of Our Lady of the Rosary and the Congado allows us to understand the relationships between structural racism, territory, and the vulnerability of the black population. The objective was to analyze, based on the trajectory of the Church of Our Lady of the Rosary and the process of urban formation of Uberlândia, how the mechanisms of socio-spatial segregation and structural racism formed the territorial bases that crossed the debates on the Social Determinants of Health and the vulnerability of the black population in the municipality. This is a qualitative, documentary and historical-interpretive research, based on Cultural History, through the analysis of historiographical works and official documents. The results showed that the discourses of modernization, hygiene and urban planning contributed to the marginalization of black cultural practices and the elimination of the Church of the Rosary in 1943. A dissociation was also identified between the recognition of the Congado as cultural heritage and the incorporation of racial and territorial dimensions into municipal health planning. It is concluded that contemporary inequalities require the recognition of their historical roots and the incorporation of these dimensions in public policies, with the aim of equity.

[1] Universidade Católica Dom Bosco, doutoranda em Desenvolvimento Local.
[2] Universidade Católica Dom Bosco, doutora em Psicologia.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

KEYWORDS: *Structural racism. Social determinants of health. Socio-spatial segregation. Black population. Local development.*

RESUMEN
Las desigualdades sociales y sanitarias están relacionadas con procesos históricos de organización y segregación del espacio urbano. En Uberlândia, la trayectoria de la Iglesia de Nuestra Señora del Rosario y el Congado nos permite comprender las relaciones entre el racismo estructural, el territorio y la vulnerabilidad de la población negra. El objetivo era analizar, basándose en la trayectoria de la Iglesia de Nuestra Señora del Rosario y el proceso de formación urbana de Uberlândia, cómo los mecanismos de segregación socioespacial y racismo estructural formaban las bases territoriales que cruzaban los debates sobre los Determinantes Sociales de la Salud y la vulnerabilidad de la población negra en el municipio. Esta es una investigación cualitativa, documental e histórico-interpretativa, basada en la Historia Cultural, mediante el análisis de trabajos historiográficos y documentos oficiales. Los resultados mostraron que los discursos de modernización, higiene y planificación urbana contribuyeron a la marginación de las prácticas culturales negras y a la eliminación de la Iglesia del Rosario en 1943. También se identificó una disociación entre el reconocimiento del Congado como patrimonio cultural y la incorporación de las dimensiones raciales y territoriales a la planificación sanitaria municipal. Se concluye que las desigualdades contemporáneas requieren el reconocimiento de sus raíces históricas y la incorporación de estas dimensiones en las políticas públicas, con el objetivo de la equidad.

PALABRAS CLAVE*: Racismo estructural. Determinantes sociales de la salud. Segregación socioespacial. Población negra. Desarrollo local.*

1. INTRODUÇÃO

A formação urbana de Uberlândia, como a de muitas cidades brasileiras, foi marcada por relações raciais assimétricas que condicionaram a presença negra no espaço urbano. No período pós-escravista, práticas culturais e religiosas negras passaram a ocupar posições socialmente subalternizadas, frequentemente toleradas apenas quando mantidas à margem da sociedade branca e dos espaços considerados legítimos de pertencimento urbano[1].

Nesse contexto, a trajetória da Igreja de Nossa Senhora do Rosário constitui um caso empírico relevante para analisar a atuação do racismo estrutural na cidade. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário é um espaço religioso historicamente construído e frequentado pela população negra de Uberlândia, constituindo referência de pertencimento, organização comunitária e preservação de sua memória. O Congado, associado à devoção a Nossa Senhora do Rosário, constitui uma manifestação afro-brasileira que articula religiosidade, ancestralidade, música, dança e organização coletiva, tendo desempenhado papel importante na preservação da identidade e das tradições negras diante de processos históricos de repressão e marginalização[2,3].

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A experiência histórica associada ao Rosário e ao Congado permite observar como a presença cultural e religiosa da população negra foi progressivamente desautorizada no espaço urbano, por meio de interdições formais que não se declaravam explicitamente raciais, mas geraram efeitos diretos de segregação socioespacial[4].

A segregação urbana não representa apenas um evento do passado, mas consolida as bases socioespaciais nas quais se distribuem desigualmente os recursos urbanos, as oportunidades de vida e o acesso aos serviços públicos[5,6]. Sob a ótica do Desenvolvimento Local e da Saúde Coletiva, a compreensão dessas marcas históricas no território é fundamental para analisar a distribuição contemporânea dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS).

A literatura que articula racismo estrutural, território e saúde aponta que os processos históricos de marginalização socioespacial conformam ambientes de contínua vulnerabilidade, que se desdobram nas condições concretas de existência e no perfil de adoecimento das populações historicamente excluídas[7]. Compreender a distribuição de agravos crônicos na população negra, como a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), exige, portanto, investigar as raízes históricas e territoriais que produziram as desigualdades locais.

Este artigo integra uma investigação mais ampla sobre o planejamento municipal em saúde e as iniquidades relacionadas à hipertensão arterial na população negra de Uberlândia. A pesquisa reúne estudos complementares que examinam diferentes dimensões desse problema, incluindo a análise de documentos de planejamento e a incorporação dos determinantes sociais da saúde nas políticas públicas. Neste conjunto, o presente estudo corresponde ao recorte histórico, contribuindo para a compreensão do contexto em que se inscrevem as desigualdades examinadas na investigação.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é analisar, a partir da trajetória da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e do processo de formação urbana de Uberlândia, como os mecanismos de segregação socioespacial e racismo estrutural conformaram as bases territoriais que atravessam as discussões sobre os DSS e a vulnerabilidade da população negra no município.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza documental e histórico-interpretativa. A investigação fundamenta-se na perspectiva da História Cultural proposta por Chartier[8], segundo a qual documentos, narrativas historiográficas e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

registros de memória constituem produções sociais que expressam disputas de sentidos, práticas e relações de poder.

A trajetória da Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi adotada como caso histórico-empírico para analisar os processos de segregação socioespacial e racial na formação urbana de Uberlândia. O corpus documental foi constituído por obras historiográficas sobre a história urbana do município e sobre a Igreja do Rosário, a Irmandade e o Congado, com destaque para os estudos de Brasileiro[2,3,9] e Rodrigues[10]. Foram utilizadas também fontes institucionais, como as páginas oficiais da Prefeitura de Uberlândia. A seleção considerou a relevância e a contribuição dos materiais para a análise histórica proposta.

A interpretação das fontes buscou identificar como os processos de ocupação do espaço urbano, as práticas institucionais e os discursos sobre modernização contribuíram para a produção e a reprodução das desigualdades territoriais, articulando essas evidências ao referencial dos Determinantes Sociais da Saúde e do racismo estrutural. Nessa articulação, as informações históricas foram consideradas a partir dos materiais consultados, enquanto as relações estabelecidas com esses referenciais teóricos constituem a interpretação desenvolvida neste estudo. A análise busca discutir as relações entre os processos históricos de segregação e as desigualdades territoriais contemporâneas, sem estabelecer relações causais diretas entre os acontecimentos históricos examinados e as condições atuais de saúde.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreender as desigualdades contemporâneas em saúde exige reconhecer que elas não decorrem exclusivamente de fatores biológicos ou de escolhas individuais, mas de processos históricos que moldaram a organização social e territorial das cidades. Sob a perspectiva dos DSS, a distribuição desigual de recursos, oportunidades e poder produz diferentes condições de vida e saúde entre os grupos sociais[5,11], as quais se materializam no território, entendido como uma construção social produzida por relações de poder[12].

Essa abordagem amplia a compreensão da HAS para além do modelo biomédico ao situar o adoecimento no contexto das desigualdades sociais historicamente produzidas, possibilitando compreender por que a maior vulnerabilidade da população negra à doença não decorre de fatores biológicos, mas da exposição acumulada, ao longo da vida, à segregação territorial, à precarização das condições materiais de existência e ao racismo estrutural[7,13].

Em Uberlândia, os territórios com menores indicadores de renda, escolaridade, segurança alimentar e infraestrutura urbana concentram maior proporção da população negra e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

apresentam condições mais favoráveis à persistência da hipertensão arterial[14–16]. Compreender essa configuração territorial exige recuperar processos históricos que moldaram a ocupação da cidade e a distribuição desigual de seus recursos.

Nesse percurso, a trajetória da Igreja de Nossa Senhora do Rosário ultrapassa o interesse exclusivamente religioso ou patrimonial. Sua história permite examinar como as relações raciais influenciaram a organização do espaço urbano e como a população negra foi progressivamente afastada das áreas de maior centralidade política, econômica e simbólica, possibilitando identificar mecanismos históricos que contribuíram para a configuração das desigualdades territoriais observadas no município.

A presença da população negra no território de Uberlândia esteve inicialmente vinculada ao regime escravista, sobretudo às atividades desenvolvidas nas fazendas da região. Após a abolição, esse contingente foi marcado pela permanência de libertos e por fluxos migratórios internos provenientes de outras áreas de Minas Gerais[2,10].

Em um contexto de dominação racial, jurídica e cultural, a população negra teve suas práticas religiosas de matriz africana sistematicamente proibidas, criminalizadas e deslegitimadas ao longo do período escravista e no pós-abolição. Nesse cenário, o catolicismo não se configurava apenas como religião hegemônica, mas como a única forma de religiosidade socialmente permitida e institucionalmente reconhecida, funcionando como instrumento de controle simbólico e moral sobre os corpos e as expressões culturais negras[17].

Diante da imposição do catolicismo como religião oficial e da repressão sistemática às práticas religiosas de matriz africana, as populações negras foram compelidas a adaptar suas expressões de fé. Esse enquadramento religioso não implicou reconhecimento pleno das práticas negras, mas operou como forma de autorização seletiva de sua existência pública, condicionando sua legitimidade à incorporação formal de elementos do catolicismo popular[3].

É nesse contexto de coerção religiosa, vigilância estatal e controle eclesiástico que se constitui o Congado: uma manifestação afro-brasileira que preserva referências cosmológicas, rituais, musicais e organizacionais de origem africana, mas que precisou ser formalmente enquadrada como devoção católica popular para garantir sua existência no espaço público[2]. A devoção a Nossa Senhora do Rosário, historicamente associada às irmandades negras no Brasil, insere-se nesse processo como estratégia de legitimação religiosa e negociação institucional diante da repressão às práticas de matriz africana[3].

Dessa forma, essas práticas religiosas e festivas, que inicialmente ocorriam mediante autorização dos senhores, cumpriam função central na manutenção da ancestralidade africana e da organização coletiva negra. Antes mesmo da existência de um templo formal, o Congado

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

estruturava hierarquias, rituais, lideranças e sentidos de pertencimento, operando como espaço de recomposição identitária em meio à violência do regime escravista e às incertezas do pós-abolição[2,10].

Foi nesse cenário de marginalização social, de busca por reconhecimento e de inserção precária na cidadania pós-abolição que se deu a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, erguida pela população negra na antiga Praça da República. Há variações quanto à data exata da construção, mas os registros convergem para uma edificação simples, construída com técnicas como taipa e madeira, sustentada pelo trabalho coletivo, por esmolas arrecadadas entre os próprios irmãos e pela mobilização comunitária[2,10].

Figura 1. Igreja Nossa Senhora do Rosário, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.



Fonte: Museu Virtual de Uberlândia (2017).

A Igreja do Rosário foi construída nos arrabaldes do arraial, em área contígua ao cerrado, situada depois do cemitério e cercada por chácaras, caminhos, trilhos e estradas de saída da cidade. À época, tratava-se de um espaço de pouca importância na configuração urbana, que passou a adquirir relevância a partir dos usos, celebrações e práticas sociais da comunidade negra[18].

Embora não haja registros de proibição formal à presença de brancos nesse período inicial, a igreja era frequentada majoritariamente pela população negra, evidenciando um espaço racialmente marcado, cuja existência materializava a separação simbólica entre a religiosidade

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

da elite branca, concentrada na Igreja Matriz, e as práticas religiosas negras, toleradas desde que mantidas à margem do prestígio social[2].

A consolidação desse espaço religioso negro evidenciou, entretanto, a necessidade de uma forma institucional capaz de organizar, regular e defender a vida religiosa da comunidade diante das tensões raciais e das exigências da Igreja oficial. É nesse contexto que se compreende a criação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens de Cor, formalmente instituída em 1916. Conforme demonstra Rodrigues[10], a Irmandade não antecede a capela, mas surge como seu desdobramento político e organizacional, assumindo funções centrais na gestão do templo, na organização das festas do Congado, na arrecadação de recursos, na mediação com o clero e na representação institucional da comunidade negra.

A Irmandade operava, portanto, como instância de proteção simbólica, garantindo certa autonomia à religiosidade negra dentro dos limites impostos pelo catolicismo oficial. Brasileiro[2] destaca que, no pós-abolição, a criação de irmandades negras constituiu uma estratégia recorrente de organização coletiva, permitindo às populações negras negociar sua permanência nos espaços religiosos, preservar suas práticas culturais e afirmar sua presença social em um contexto de exclusão racial persistente.

A dimensão racial desse conflito torna-se ainda mais evidente em 1904, com a criação da chamada Irmandade do Rosário Perpétuo, composta por pessoas brancas pertencentes à elite local. A coexistência de duas irmandades dedicadas à mesma devoção não expressava diversidade religiosa, mas um esforço deliberado de separação, hierarquização e controle das formas de culto. Enquanto a irmandade branca buscava afirmar uma devoção alinhada aos ideais de ordem, civilidade e distinção social, a irmandade dos Homens de Cor permanecia associada ao Congado e às práticas populares negras, sistematicamente deslegitimadas como expressões “desordeiras” ou “atrasadas”[2,9].

A partir da década de 1920, o avanço do discurso higienista e dos projetos de modernização urbana passou a incidir diretamente sobre o espaço ocupado pela igreja e pela Irmandade. O Congado, com seus tambores, cantos e cortejos, passou a ser rotulado como incivilizado, enquanto a presença da igreja no centro comercial foi interpretada como obstáculo à valorização imobiliária. Brasileiro[9] evidencia que o racismo institucional em Uberlândia operava por meio de interdições veladas e tentativas de domesticação do sagrado afro-brasileiro, visando afastá-lo do “miolo” urbano para preservar uma estética europeizada da cidade.

Nesse contexto, a presença negra no centro urbano passou a ser tolerada de forma episódica e ritualizada, restrita aos períodos festivos, enquanto sua permanência cotidiana era

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

percebida como incômoda e indesejável, configurando uma segregação não apenas espacial, mas também temporal[3].

Esse movimento insere-se em um processo mais amplo de reorganização espacial observado nas primeiras décadas do século XX, no qual os discursos de “progresso”, “ordem” e “embelezamento urbano” passaram a orientar a configuração do centro da cidade. Nesse projeto de modernidade burguesa, práticas culturais negras foram progressivamente redefinidas como indesejáveis, convertendo a presença negra em problema estético, moral e político no espaço urbano[9].

O ápice do processo de segregação ocorreu em 1943, com a demolição da capela original: sob o pretexto de reurbanização da Praça da República, o governo municipal autorizou a destruição do templo[9,10].

Brasileiro[9] interpreta esse episódio como uma ferida aberta na memória da comunidade negra, uma vez que a demolição implicou o deslocamento forçado da igreja e da população negra para o bairro que passou a receber o mesmo nome, o qual, à época, era uma região periférica e distante do centro comercial. Esse deslocamento não constituiu um fato isolado, mas integrou um processo mais amplo de segregação racial no espaço urbano, no qual corpos, práticas religiosas e expressões culturais negras passaram a ser considerados incompatíveis com o projeto de modernização e embelezamento da cidade, sendo sistematicamente afastados do “miolo” urbano.

Memórias orais registradas por Brasileiro[9] evidenciam a violência simbólica dessa retirada, vivenciada pela comunidade negra como expulsão do centro da cidade:

> “Nós não temos culpa da nossa igreja hoje estar no hipercentro, nós é que fomos jogados para fora da cidade.” (informação verbal)
> “O que o pessoal da época fez foi pegar os negros e colocar para fora da cidade.” (informação verbal)

A reconstrução da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em outro território implicou mudanças substantivas em sua inserção urbana e simbólica. O deslocamento para uma área considerada periférica não se limitou a uma alteração espacial, mas redefiniu as condições de visibilidade, circulação e controle da religiosidade negra, deslocando o Rosário do centro das dinâmicas políticas e sociais da cidade e reiterando padrões históricos de segregação racial[9].

Contudo, embora tenha deixado de ocupar uma posição geográfica central no núcleo urbano, a Irmandade permaneceu como instância fundamental de preservação da memória, da festa e da identidade congadeira. Deslocando parte de sua resistência do espaço físico para o

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

campo simbólico e cultural, a comunidade negra garantiu a continuidade de suas práticas a despeito da marginalização territorial[3].

É justamente ao longo desse percurso histórico de exclusão que o Congado não apenas sobreviveu às tentativas de marginalização, como se consolidou como uma das principais expressões da cultura afro-brasileira local. A atuação contínua da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, responsável pela organização dos festejos e pela articulação dos ternos, demonstra a capacidade de reorganização comunitária diante de contextos adversos, ainda marcados por tensões institucionais e formas persistentes de racismo[9,10].

Nas últimas décadas, o Congado passou a receber reconhecimento institucional por meio de políticas de preservação cultural, culminando em seu registro como patrimônio imaterial do município[19]. Esse reconhecimento representa um avanço importante para a valorização da cultura afro-brasileira, mas não elimina as contradições que marcaram sua trajetória. Ao contrário, evidencia o caráter tardio desse processo e revela que a incorporação da memória negra ao patrimônio oficial ocorreu muito depois da consolidação das desigualdades territoriais produzidas ao longo do desenvolvimento urbano de Uberlândia.

Contudo, as contradições entre reconhecimento e marginalização permanecem perceptíveis no presente. Em julho de 2023, durante a abertura da Festa do Congado, integrantes do Terno de Moçambique Estrela Guia foram atingidos por ovos lançados de um edifício enquanto realizavam o cortejo pelo centro da cidade. O episódio foi objeto de investigação policial e de mobilização institucional, sendo posteriormente registrado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) como uma ação de racismo religioso contra o grupo, acompanhada de ameaças nas redes sociais[20].

A dimensão contemporânea dessas desigualdades, entretanto, não se restringe às manifestações explícitas de discriminação. Ela também pode ser observada na própria produção desigual do território, expressa na distribuição de investimentos, infraestrutura, equipamentos urbanos e oportunidades econômicas, que se concentraram historicamente em determinados setores do município, enquanto outras áreas permaneceram marcadas por maior vulnerabilidade social.

Nesse processo, a distribuição da população negra acompanhou a própria distribuição desigual do território.

A dimensão territorial desse processo pode ser observada também no bairro Patrimônio, para onde a Igreja do Rosário foi transferida após sua retirada do centro. Historicamente ocupado por negros e mulatos livres no período posterior à abolição, o bairro constituiu uma das primeiras áreas de expansão periférica de Uberlândia[21].

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Esse território, contudo, passou a experimentar transformações significativas em sua configuração urbana e em sua dinâmica imobiliária. França, Andreo e Guerra[21] identificaram, entre 2011 e 2025, um processo de intensificação da verticalização, marcado pelo aumento do número e do porte das novas edificações, pela substituição de construções existentes e pela valorização fundiária. Segundo os autores, essas transformações relacionam-se, entre outros fatores, à flexibilização dos parâmetros urbanísticos, que ampliou as possibilidades de ocupação e aproveitamento do solo.

Essas mudanças não representam apenas alterações na forma física do bairro, pois modificam também as condições de uso e permanência no território. A substituição de moradias populares por empreendimentos de maior padrão pode elevar o custo de permanência e favorecer a reconfiguração socioeconômica do território. Nesse sentido, os autores discutem a possibilidade de exclusão socioespacial indireta, na qual determinados grupos podem ser progressivamente afastados das condições de permanência no território sem que ocorra necessariamente uma remoção física[21].

A produção desigual do território repercute, portanto, nas condições concretas de vida da população. A localização dos grupos sociais em diferentes áreas da cidade condiciona o acesso a infraestrutura, equipamentos urbanos, serviços e oportunidades, ao mesmo tempo em que pode determinar diferentes níveis de exposição a situações de precariedade e discriminação. Para a população negra, essas condições se articulam a processos históricos de racialização do espaço, fazendo com que desigualdades territoriais e sociais não sejam compreendidas como fenômenos independentes.

A exposição prolongada a condições de pobreza, insegurança alimentar, restrições de acesso a equipamentos e serviços públicos e experiências de discriminação pode conformar condições materiais e psicossociais associadas a maior exposição a fatores de risco e a dificuldades de proteção e cuidado em saúde. No caso da hipertensão, essa perspectiva permite interpretar os padrões epidemiológicos discutidos na investigação mais ampla da qual este estudo faz parte não apenas como distribuição desigual de um agravo, mas como expressão de condições sociais e territoriais historicamente produzidas.

Essa articulação entre história urbana, território e saúde também permite compreender as limitações das respostas institucionais atualmente produzidas pelo município. Como demonstrado na análise dos instrumentos de planejamento, as políticas públicas reconhecem desigualdades territoriais, porém raramente incorporam a dimensão racial como categoria analítica para compreender sua origem ou orientar intervenções específicas. Desse modo, a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

invisibilidade observada nos documentos de gestão constitui uma atualização de mecanismos históricos que continuam produzindo desigualdades sob formas aparentemente neutras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e do Congado em Uberlândia demonstra que a distribuição contemporânea dos Determinantes Sociais da Saúde no município não constitui um fenômeno aleatório, mas o resultado de um processo histórico de segregação socioespacial e racismo estrutural. A investigação evidenciou que os discursos de modernização, higiene e ordenamento urbano atuaram como mecanismos institucionais de exclusão da presença negra no centro da cidade, promovendo o deslocamento de seus símbolos, corpos e práticas comunitárias para a periferia.

A principal contribuição deste estudo reside em demonstrar que a concentração contemporânea de vulnerabilidades sociais na população negra de Uberlândia, refletida nos territórios com piores indicadores de renda, escolaridade, infraestrutura e saúde, possui raízes na própria formação urbana do município. A remoção forçada da Igreja do Rosário em 1943 e a expansão periférica racializada estabeleceram os contornos de uma distribuição desigual dos recursos públicos que continua condicionando as oportunidades de vida e o perfil de adoecimento da população.

A pesquisa revela, ainda, uma contradição central na gestão pública municipal. Enquanto o município avança no plano cultural ao reconhecer e patrimonializar o Congado, mantém uma postura de omissão nos instrumentos formais de planejamento social e de saúde. Ao ignorar o recorte racial e territorial nos documentos oficiais de gestão e nos sistemas de informação, o poder público adota uma pretensa neutralidade administrativa que invisibiliza as desigualdades e limita a formulação de políticas voltadas à equidade.

REFERÊNCIAS

1. Fernandes F. A integração do negro na sociedade de classes. 6a ed. São Paulo: Contracorrente; 2021.

2. Brasileiro J. Congo, Congado, Congadas: tradição cultural afro-brasileira de resistência ao racismo e discriminação e os tempos de diásporas e escravidão. Em Tempo de Histórias. 2020;1(36). Disponível em: https://doi.org/10.14393/ufu.di.2012.300. Acesso em: 2 jan. 2026.

3. Brasileiro J. Congo, Congado, Congadas: tradição cultural afro-brasileira de resistência ao racismo e discriminação e os tempos de diásporas e escravidão. Em Tempo de Histórias. 2020;1(36). Disponível em: https://doi.org/10.26512/emtempos.v1i36.30426.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

4. Carneiro AS. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser [tese de doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2005. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001465832. Acesso em: 19 set. 2025.

5. Buss PM, Pellegrini Filho A. A saúde e seus determinantes sociais. Physis. 2007;17(1):77-93. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006.

6. Lima FA. Territórios de vulnerabilidade social: construção metodológica e aplicação em Uberlândia-MG [dissertação de mestrado]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia; 2016. Disponível em: https://doi.org/10.14393/ufu.di.2016.221.

7. Silva EKP. Iniquidades raciais e de gênero na incidência e controle da hipertensão arterial no ELSA-Brasil: uma abordagem interseccional [tese de doutorado]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2022. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/49359. Acesso em: 29 mar. 2025.

8. Chartier R. A história cultural: entre práticas e representações. Galhardo MM, tradutora. 2a ed. Lisboa: DIFEL; 2002. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=zw1sPgAACAAJ. Acesso em: 3 jan. 2026.

9. Brasileiro J. O Congado (a) e a permanência do racismo na cidade de Uberlândia-MG: resistência negra, identidades, memórias, vivências (1978-2018) [tese de doutorado]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia; 2019. Disponível em: https://doi.org/10.14393/ufu.te.2019.609. Acesso em: 2 jan. 2026.

10. Rodrigues CE. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito: Congada Uberlândia [Internet]. 2025. Disponível em: https://irmandadernsrsb.wixsite.com/irmandadeuberlandia/a-irmandade/historico-completo. Acesso em: 2 jan. 2026.

11. Solar O, Irwin A. Um marco conceitual para ação sobre os determinantes sociais da saúde [Internet]. 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/1903/23135. Acesso em: 15 out. 2026.

12. Gondim MM, Monken M. Territorialização em saúde [Internet]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2022. Disponível em: http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tersau.html. Acesso em: 30 ago. 2022.

13. Almeida S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen; 2019.

14. Camargo YS. Adesão medicamentosa e não medicamentosa em pacientes com hipertensão arterial sistêmica [trabalho de conclusão de curso]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia; 2023. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/38195. Acesso em: 29 mar. 2025.

15. Gonçalves R. População negra tem menos acesso a alimentos saudáveis em Uberlândia-MG [trabalho de conclusão de curso]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia; 2024. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/43999. Acesso em: 29 mar. 2025.

16. Couto MCA. Perfil demográfico dos moradores de favelas e comunidades urbanas de Uberlândia [Internet]. Uberlândia: Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Universidade Federal de Uberlândia; 2025. Disponível em: https://www.ieri.ufu.br/acontece/2025-12-nota-informativa-012025-0. Acesso em: 22 jul. 2026.

17. Scarano J. Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. 2a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1978. (Brasiliana; 357).

18. Uberlândia. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Praça do Rosário [Internet]. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em: https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/patrimonio-historico/bens-tombados-e-registrados/praca-do-rosario-2/. Acesso em: 15 out. 2026.

19. Uberlândia. Prefeitura Municipal. Congada é oficializada como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil após iniciativa liderada pela Prefeitura de Uberlândia [Internet]. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia; 2025. Disponível em: https://www.uberlandia.mg.gov.br/2025/06/17/congada-e-oficializada-como-patrimonio-cultural-imaterial-do-brasil-apos-iniciativa-liderada-pela-prefeitura-de-uberlandia/. Acesso em: 3 jan. 2026.

20. Diário de Uberlândia. Moradores que atiraram ovos em congadeiros serão alvo de ação judicial, em Uberlândia [Internet]. Diário de Uberlândia; 2023. Disponível em: https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/33979/moradores-que-atiraram-ovos-em-congadeiros-serao-alvo-de-acao-judicial-em-uberlandia. Acesso em: 15 out. 2026.

21. França M, Andreo J, Guerra M. O bairro Patrimônio – Uberlândia (MG): transformações morfológicas e econômicas e o impacto da gentrificação. Revista de Morfologia Urbana. 2025;13(2). Disponível em: https://doi.org/10.47235/rmu.v13i2.484.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.